

GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 22 de abril de 1988

Dúvidas que o endividamento externo levanta

As autoridades monetárias brasileiras estão devendo ao público explicações mais completas sobre quanto é, afinal, o total da dívida externa brasileira e o que aconteceu com ela durante o ano passado. Segundo a publicação "Brasil — Programa Econômico", datada de julho de 1987, a dívida externa bruta total, ao fim daquele ano, deveria chegar a US\$ 113,282 bilhões. Já em outubro, o Plano Macroeconômico do ex-ministro Bresser Pereira apresentou uma estimativa menor: US\$ 112,335 bilhões. Agora, ao ser divulgado um novo documento, com o título tradicional de "Brasil — Programa Econômico", verifica-se que a dívida externa global saltou para US\$ 121,3 bilhões no ano passado.

Entre a primeira e a última cifras, há uma diferença de US\$ 8 bilhões. E, comparando-se o número de Bresser Pereira com o do ministro Mailson Ferreira da Nóbrega, recentemente divulgado, a diferença ascende a US\$ 9 bilhões. O crescimento da dívida, segundo informa o noticiário, é devido principalmente ao fato de que, em face da desvalorização do dólar,

os técnicos do Banco Central reajustaram para maior os compromissos em outras moedas. Até certo ponto, essa explicação pode ser aceita, já que a dívida é expressa na moeda americana, mas não há nenhuma indicação de qual foi exatamente o valor reajustado.

De qualquer forma, parece estranho que, tendo o Brasil deixado de receber novos empréstimos dos bancos privados, a dívida total tenha inchado tanto. É verdade que o País, mesmo depois da moratória decretada em 20 de fevereiro de 1987, tinha acesso a créditos de instituições financeiras internacionais. Mas essa fonte respondeu por um aporte de recursos bastante inferior ao previsto. Segundo o documento do Banco Central, os ingressos de recursos provenientes do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da International Finance Corporation, subsidiária do Banco Mundial, somaram US\$ 1,218 bilhão. Especificamente no caso do Banco Mundial, os empréstimos foram de US\$ 900 milhões, 44% menos do

que o valor desembolsado por aquela instituição em 1986.

Além disso, aqueles organismos receberam, em 1987, US\$ 919 milhões como amortizações do capital (além de cerca de US\$ 600 milhões de juros). O Brasil pagou também US\$ 1,146 bilhão ao Fundo Monetário Internacional com recursos provenientes das reservas do Banco Central. Pela lógica aritmética, o País deveria dever menos, não mais.

Tudo isso torna o balanço de pagamentos do Brasil relativo a 1987 um dos mais curiosos de nossa história econômica recente. Era de esperar, por exemplo, que, com a suspensão do pagamento dos juros, em consequência da moratória, e com o saldo comercial expressivo obtido pelo País no ano passado (US\$ 11,2 bilhões), o balanço deixasse um saldo positivo, ainda que diminuto.

Em reforço dessa expectativa deve-se mencionar o fato de que as saídas de capital estrangeiro diminuíram no ano passado em relação a 1986. As repatriações de capital, que chegaram a US\$ 637 milhões naquele ano, baixaram para US\$ 328 milhões em 1987 e,

igualmente, as remessas de dividendos caíram de US\$ 1,278 bilhão para US\$ 940 milhões de um ano para outro. Não obstante, o balanço de pagamentos apresentou um déficit de US\$ 1,862 bilhão. Esse saldo negativo, sem dúvida, está ligado ao discutível critério do Banco Central de contabilizar os juros não pagos em função da moratória (US\$ 3,4 bilhões) na conta de serviços.

Ora, como o Brasil só retomou a liquidação dos juros correspondentes aos empréstimos vendidos neste ano, ficando os valores em atraso, relativos a 1987, para ser incluídos nas negociações em curso com os credores, é muito difícil chegar a números que reflitam as disponibilidades cambiais do País a partir das cifras expressas no balanço de pagamentos.

Talvez seja válido, para efeito de negociação, apresentar uma situação cambial pior do que ela realmente é. Mas, como têm surgido indicações no noticiário, essa tática às vezes surte efeito contrário, aumentando as desconfianças com relação à capacidade do governo brasileiro de fazer corretamente as suas contas.